

O legado negado: notas sobre as promessas não realizadas no Porto Maravilha

The denied legacy: notes on the promises not made in Porto Maravilha

*Paulo Bastos, Doutor em Arquitetura e Urbanismo, paulobastos73@gmail.com
Regina Bienenstein, Professora Doutora, Coordenadora do NEPHU.
bienenstein.uff@gmail.com*

Resumo

Escolhida para receber investimentos que garantiriam a reestruturação de áreas da cidade para o para a realização dos megaeventos, compreendidos entre 2014 a 2016, a região do Porto auferiu recursos que garantiriam, em tese, oportunidades de lazer, cultura, mobilidade e emprego e renda. A área também ganharia a partir de outubro de 2015¹ um Plano de Habitação de Interesse Social, que previa a habitação de interesse social, regularização de áreas, urbanização de favelas da região e melhorias habitacionais². Apesar desses objetivos, pouco foi realizado e paradoxalmente, as condições de moradia da região em muito se agravaram, frente à política de remoções e a realidade de gentrificação derivada da Operação Urbana realizada na região. As intervenções realizadas demonstraram uma simetria junto aos interesses privados, relegando ainda mais o Direito à Cidade aos seus moradores.

Palavras Chaves: Direito à Cidade; Gestão Pública; Movimentos Sociais; Porto Maravilha; Habitação popular.

¹ Apresentação do Plano de Habitação de Interesse Social do Porto do Rio de Janeiro. Fonte: <http://www.rio.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo?id=5621886>

² Fonte: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/5333332/4155149/48PlanoHISPortoCDURP022016.pdf>

Introdução

A região portuária da cidade do Rio de Janeiro foi uma das áreas eleitas para receber investimentos durante o período de preparação da cidade para a realização dos jogos olímpicos de 2016. O *projeto olímpico* apresentava a recuperação da região como um dos mais importantes legados dos jogos para a população do Rio de Janeiro, prevendo a recuperação de equipamentos culturais e de lazer, geração de oportunidades de emprego e renda, além de receber, da prefeitura municipal, em outubro de 2015, a promessa de um plano de habitação de interesse social para atender os habitantes daquela localidade.

Porém, passado o período supracitado, pouco podemos observar de melhorias para a população residente naquela região, pelo contrário, muitos moradores sofreram com uma política de remoção e gentrificação, ou de “expulsão velada”, como podemos ler em Santos (2016):

Até recentemente o que assolava de preocupações a população dos bairros portuários, com ênfase aos moradores do Morro da Providência, eram as remoções (forçadas ou não) realizadas pelo poder público local. Hoje (2016), com tal processo estagnado via intervenção do Ministério Público, o que paira no ar é a chamada ‘expulsão velada’, visto que o encarecimento do solo urbano inviabiliza (rá) a permanência de parcela da população nesta região. (Santos, P. 9, 2011)

Dessa forma, esse trabalho tem como hipótese que a gestão Paes, ao longo da reestruturação da região do Porto, justificada pelo “Projeto Olímpico” de cidade, aprofundou ainda mais as contradições sócio territoriais presentes na região, garantindo melhores condições para a reprodução do capital e impingindo à população moradora, até os dias atuais, maiores dificuldades para garantir seu direito à cidade.

Para a realização desse artigo utilizaremos dados derivados da pesquisa realizada durante o doutoramento de Bastos (2017) na Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense, quando foram identificadas contradições entre o discurso oficial da prefeitura, durante a gestão Paes, que enfatizava “*uma cidade para todos*” e a efetiva realização de melhorias para vida dos moradores, em especial, na oferta de habitação de interesse social.

Adicionalmente, foram também incorporadas a esse artigo, fontes mais atuais sobre o desenvolvimento e as consequências das ações realizadas durante o período estudado.

Compreendida em um território localizado entre o Centro político econômico da cidade e a Baía de Guanabara, a região do porto configura-se como importante ligação da cidade com sua região metropolitana, e é classificada pela Prefeitura do Rio de Janeiro como Área de Planejamento 1³ da cidade, abrangendo os bairros Caju, Gamboa, Santo Cristo e Saúde, num total de 8,40 km², e, segundo dados da Prefeitura em 2010, contava com 48.664 habitantes e 17.368 domicílios⁴.

Para atender aos objetivos presentes no plano de reestruturação da área⁵, a prefeitura apresentou um orçamento que, segundo a Matriz de Recursos dos jogos olímpicos⁶, apresentada em 2016, seriam de 8.200 bilhões de reais, dos quais 7.608 bilhões viriam da iniciativa privada e o restante, 592 milhões, dos cofres da própria prefeitura.

Também segundo dados da Prefeitura (2000), 17.409 de seus moradores viviam em “aglomerados subnormais”, que são, segundo o IBGE⁷, áreas de ocupação irregular de terrenos para fins de habitação em áreas urbanas e, em geral, caracterizados por um padrão urbanístico irregular com carência de serviços públicos essenciais. No Brasil, esses assentamentos irregulares são conhecidos por diversos nomes como favelas, invasões, comunidades, vilas, loteamentos irregulares, palafitas, entre outros. Portanto, a partir dos dados da gestão municipal, podemos observar que aproximadamente 35% de toda a sua população moravam em aglomerados subnormais na época, demonstrando o caráter popular da área.

³ Disponível em http://portalgeo.rio.rj.gov.br/bairros Cariocas/index_ra.htm. Acessado em 09.11.2014.

⁴ Disponível em http://portalgeo.rio.rj.gov.br/bairros Cariocas/index_ra.htm. Acessado em 09.11.2014.

⁵ Disponível em: https://portomaravilha.com.br/conteudo/canal_investidor/prospecto/prospecto-sem-marcas-de-revisao-4-termo-aditivo-8-1-14.pdf. Acessado em 03.10.2019

⁶ Disponível em http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4379008/4130519/RIO2016_estudos_PORT.pdf

⁷ Disponível em <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/15788-aglomerados-subnormais.html?edicao=16119&t=o-que-e>. Acessado em 03.10.2019.

Toda essa realidade constituiu uma forte justificativa para sua recuperação através de um grande projeto urbano que ganharia condições para sua efetivação a partir da Lei Municipal nº 101/2009⁸, que criou a Operação Urbana Consorciada da Área de Especial Interesse Urbanístico da Região Portuária do Rio de Janeiro.

Para efetivar esta ação, a prefeitura do Rio de Janeiro decidiu constituir uma parceria público-privada-PPP, viabilizada através de uma concorrência vencida pelo consórcio formado pelas empresas Odebrecht Infraestrutura, OAS e Carioca Engenharia.

Segundo o site do consórcio, que apresenta suas propostas, além das condições e oportunidades de investimento na região, tratava-se de uma ação estratégica e inovadora da prefeitura do Rio de Janeiro e sua finalidade seria promover a reestruturação local, por meio da ampliação, articulação e requalificação dos espaços públicos da região, da criação de novas condições de trabalho, moradia, transporte, cultura e lazer, fomentando o desenvolvimento econômico da região e a melhoria da qualidade de vida de seus atuais e futuros moradores, isto é, uma sustentabilidade ambiental e socioeconômica da área⁹.

Apesar do expediente da PPP, o capital a ser captado na iniciativa privada, foi na verdade, o da Caixa Econômica Federal (CEF) que, em troca dos Certificados de Potencial Adicional de Construção (CEPACs) e dos terrenos públicos da região, se comprometeu com um aporte de oito bilhões de reais, utilizando recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), investindo inicialmente em 2011, 3,5 bilhões, realizando novo pagamento em 2015 de 1,5 bilhões¹⁰.

Para garantir este montante foi necessário apresentar as contrapartidas exigidas pelo Ministério das Cidades, o que originou o Plano de Habitação de Interesse Social-PHIS em 2015. Segundo Werneck (2017)¹¹, dentre os compromissos estabelecidos entre a prefeitura e o ministério estavam a produção de, pelo menos, 10 mil unidades habitacionais, levantamento fundiário dos imóveis públicos passíveis de desapropriação, oferta de, pelo menos, 1.500 imóveis residenciais e 250 comerciais, recuperação de aproximadamente 2.500 residências de famílias de baixa renda e também a criação de áreas especial de interesse social para atender o uso residencial de interesse social.

Porém, passados quatro anos, a realidade preconizada está longe de ser observada naquela região. A geração de emprego e renda está restrita às poucas oportunidades mantidas pela iniciativa privada, já que os galpões (de armazenamento de cargas do porto) recuperados ainda estão subutilizados, longe, portanto, de exibirem a vitalidade e o potencial de uso oferecido para a geração de emprego e renda; os equipamentos de cultura e lazer, além de serem poucos, são administrados por entidades privadas, o que confere um uso exclusivista dos mesmos; além disso, os equipamentos urbanos e a própria região seguiam, nos anos seguintes, com dificuldades de manutenção e limpeza, como pode ser constatado na matéria de O Globo Rio, em 27 de junho de 2018¹² que diz:

A área de cinco milhões de metros quadrados que vai do início do Boulevard Olímpico, na altura da Rua Visconde de Inhaúma, até um trecho do Caju, sofre com problemas de limpeza e conservação. Nem mesmo o Boulevard Olímpico, revitalizado para a Olimpíada de 2016 e que se tornou ponto turístico e de lazer de cariocas, escapa da nova realidade. No local, há diversas lixeiras lotadas. Existe sujeira pelo chão e nos bancos, e os jardins também já começam a dar sinal de abandono, com problemas de conservação. Próximo ao Museu do Amanhã, ponto em que a limpeza ainda é mais eficiente, cones destoam da paisagem para indicar ao pedestre que grades de três bueiros estão quebradas. (OGLOBO Rio, 27 de junho de 2018).

Em parte, essa realidade decorre da falta de liquidez dos CEPACs, assumidos e gerenciados pelo fundo administrado pela Caixa Econômica Federal e da própria realidade econômica do país que fez com que os valores acordados entre a prefeitura e o consórcio não fossem honrados, levando a uma situação de abandono dos equipamentos e de seu entorno imediato.

Em relação à habitação muito pouco foi realizado, pelo contrário, a região observou no período que antecedeu aos jogos olímpicos, um processo contundente de remoções de populações, além da

⁸ Disponível em <http://www.portomaravilha.com.br/web/projetos/n01/projetoUrbano.aspx>, acessado em 30 de outubro de 2014.

⁹ Disponível em <http://www.portomaravilha.com.br/web>. Acessado em 30 de outubro de 2014.

¹⁰ Disponível em https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2018/08/22/internas_economia,982539/caixa-tenta-salvar-porto-maravilha.shtml. Acessado em 03.10.2019.

¹¹ Disponível em: <http://observatoriodasmetroplites.net.br/wp/habitacao-social-do-porto-maravilha-cade/>

¹² Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/concessionaria-deixa-gestao-do-porto-maravilha-que-sofre-sem-manutencao-22826379>

evolução de um aumento dos valores imobiliários em vendas e aluguéis na região, o que poderia gerar ainda maiores dificuldades de permanência daquela população na localidade, como retrata Nascimento (2019):

Embora a maior parcela das intervenções do Porto Maravilha seja em áreas públicas, dezenas de imóveis estão sendo desapropriados³ para serem entregues à iniciativa privada. Sob o argumento de promover melhores condições de habitabilidade e mobilidade os executores do projeto estão ameaçando e despejando pessoas de suas moradias. Além destas remoções, há pessoas que não conseguem se manter na área onde moram devido à valorização imobiliária na qual a Zona Portuária está passando (Nascimento, 2011, p. 50)

Desenvolvimento

Ao dotar toda área de novas possibilidades de expansão do capital (mesmo que inferior ao previsto), a prefeitura criou condições de valorização do solo urbano, o que viria a acarretar um processo de gentrificação, já que uma parte de sua população não conseguiria se manter na região por conta da valorização abrupta da área.

Outro aspecto que chama a atenção é o fato de que, apesar de ser um projeto viabilizado por uma parceria público-privada, grande parte dos recursos veio do setor público, através da CEF (recurso do FGTS e áreas públicas) que arrematou a totalidade dos CEPACs, conforme mencionado anteriormente. Para Álvaro Pereira, doutor em direito pela USP e pesquisador sobre o Porto Maravilha¹³, o objetivo do projeto foi criar um modelo rentável para o mercado imobiliário privado.

Acrescente-se a isto, o fato de o Plano de Habitação de Interesse Social, previsto para a região e que poderia se constituir em um legado para sua população, além de não levar em conta as moradias lá existentes que poderiam ser recuperadas, nunca saiu do papel. Para Fernanda Sanchez¹⁴, Professora da Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense, o projeto acabou por se configurar em uma grande privatização desta parte da cidade.

Ao relacionar o projeto do Porto Maravilha aos jogos olímpicos, Novais (2014) apresenta um discurso crítico que remete aos riscos que sua população e de seu entorno poderiam vir a sofrer, além de sustentar que muitas destas intervenções não são fruto da necessidade de seus moradores, mas uma imposição para a consolidação de uma nova imagem da cidade como um todo.

Incluído na carteira dos projetos relacionados aos jogos olímpicos de 2016, o Porto Maravilha é uma Parceria Público-Privada que envolve, entre outras obras, a reconstrução das redes urbanas e a implantação de um sistema de mobilidade que reestrutura a área e modifica a sua articulação com o Centro. A intervenção tem sido criticada por impor o enobrecimento do entorno imediato, forçando inclusive a redução do número de habitantes da Providência, considerada a favela mais antiga do Rio de Janeiro. Um teleférico instalado na comunidade foi criticado pelos moradores em virtude do número de reassentamentos que exigiu e por haver ocupado parte de uma praça. Apesar disso foi mantido como elemento importante para a composição paisagística e para a dinâmica do turismo (NOVAIS, 2014, p.26).

É importante destacar ainda que os interesses percebidos no contexto do Porto Maravilha estavam conectados com a ideia de emergência presente no discurso do governo e voltados para a reprodução de uma ideologia fortemente amparada na construção de uma imagem simbólica, que garantiria a reprodução do capital através da transferência de solo público para a gestão privada.

Além da não realização das promessas contidas no escopo do projeto inicial, as transformações da área do Porto impactaram de forma negativa o direito à cidade, concentrando desapropriações e remoções da população moradora da área e de seu entorno.

De acordo com o Censo de 2010¹⁵, dos 10.098 domicílios existentes na região, apenas 611 possuem renda maior que três salários mínimos, ou seja, a maioria dos habitantes da zona portuária é de

¹³ Entrevista ao site Controvérsia. Disponível em: <http://controversia.com.br/1651>

¹⁴ Disponível em: <http://controversia.com.br/1651>

¹⁵ Disponível em www.ibge.gov.br

baixa renda. Segundo o site Controversia¹⁶, em 2016, não houve qualquer linha de ação que contemplasse a questão da habitação de interesse social, inclusive propostas que levassem em consideração o aproveitamento dos casarões e cortiços existentes naquela área para moradia de parte da população removida. Para

O Dossiê do Comitê Popular da Copa e dos Jogos Olímpicos, em 2015¹⁷, mostrava que 675 famílias das ocupações Machado de Assis, Flor do Asfalto, Boa Vista, Quilombo das Guerreiras, Zumbi dos Palmares, Carlos Marighela, Casarão Azul e do Morro da Providência haviam sido removidas por causa da reestruturação da região.

É importante destacar que uma das motivações para a remoção de moradores da Providência, a construção do teleférico que ligava a comunidade à Central do Brasil, inaugurado em julho de 2014, ao custo de 75 milhões de reais, há mais de dois anos está desativado¹⁸.

Em entrevista à Bastos (2017), uma professora¹⁹ da rede pública de ensino, participante da ocupação Quilombo das Guerreiras, que estava localizada na Avenida Francisco Bicalho, nº 49, informou que, depois do processo de remoção, vários moradores de sua ocupação foram morar em quartos alugados no Centro da Cidade, em favelas e algumas famílias, inclusive optaram por retornar para seus locais de nascimento, fora do Estado do Rio de Janeiro, já que o aluguel social possui um valor muito baixo (R\$ 400,00)²⁰. A professora informou ainda que, no momento da remoção do Quilombo das Guerreiras, esta e outras ocupações estavam em negociação com a CDURP²¹ para a construção de um condomínio, denominado Quilombo da Gamboa, no bairro do Gamboa, pertencente à região do Porto.

Segundo o Jornal O Dia²², de 11 de julho de 2015, este condomínio, que seria lançado naquele mesmo ano, faria parte da terceira fase do programa Minha Casa Minha Vida e disponibilizaria 116 unidades habitacionais. Dele participariam a Fundação de Direitos Humanos Bento Rubião, a União por Moradia Popular e a Central dos Movimentos Populares. O projeto seguiria, segundo a matéria, os conceitos de inserção da população de baixa renda, de facilitação do acesso às oportunidades de empregos, além de garantir saúde e cultura para a população atendida. Domingues (2018), explica que O projeto de moradia popular Quilombo da Gamboa foi financiado com recursos do Programa MCMV-E e contratado em 12 de julho de 2015 pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) e Caixa Econômica Federal (CAIXA), e contemplava 116 famílias que integravam o projeto como beneficiárias do programa. A autora ainda destaca o protagonismo dos movimentos sociais durante toda a construção do processo, desde a formação dos participantes a seleção das famílias que seriam beneficiadas.

Mas quem de fato realiza esta seleção no projeto (**Quilombo da Gamboa**)²³ são os movimentos sociais que organizam preliminarmente as famílias e promovem sua formação política segundo metas relativas `a promoção da moradia digna e do direito `a cidade, `a promoção de outros direitos sociais e dos direitos das minorias (Domingues, p.4, 2018)

Sobre a ida das famílias para o Quilombo da Gamboa a professora entrevistada afirmara em 2017 que, apesar da promessa de início das obras a partir 2016, nada havia sido executado e seu terreno encontrava-se abandonado, sendo ocupado por população sem-teto, além de servir como local de atividades da escola de samba Vizinha Faladeira. Para Domingues (2018), o cenário político e a excessiva burocratização são entraves para a não efetivação desse projeto.

Entretanto, a excessiva burocratização dos programas voltados para a população de baixa renda, especificamente o MCMV-E em vigor, continuou sendo motivo de queixas dos integrantes dos movimentos sociais, com seu recrudescimento sob conjuntura recente de instabilidade política, dificultando a viabilidade dos projetos que chegaram

¹⁶ Disponível em: [img src="http://outraspalavras.net/outrasmidias/wp-content/uploads/2016/08/160818-PortoMaravilha-485x302.jpg" alt="160818-PortoMaravilha"/>](http://outraspalavras.net/outrasmidias/wp-content/uploads/2016/08/160818-PortoMaravilha-485x302.jpg)

¹⁷ Disponível em: Dossiê do Comitê Popular da Copa e dos Jogos Olímpicos, 2015

¹⁸ Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/05/20/moradores-do-morro-da-providencia-estao-sem-teleferico-ha-mais-de-dois-anos.ghtml>

¹⁹ Optamos por preservar a identidade da entrevistada.

²⁰ Valor informado pela SMH em <http://www.prefeitura.rio/web/smhc/exibeconteudo?id=5215183>

²¹ Companhia municipal que tem a função de administrar o contrato com a Concessionária Porto Novo e articular ações com agentes públicos e privados (principalmente para ocupação de áreas e reforma de edificações na região).

²² Disponível em: <http://odia.ig.com.br/noticia/economia/2015-07-11/gamboa-tera-empreendimento-do-minha-casa-minha-vida.html>. Acessado em junho de 2017.

²³ Grifo nosso

a ser contratados, o repasse das verbas, com excessivas exigências e intransigência com relação aos prazos legais estipulados. (Domingues, P.6, 2018)

É importante destacar que, ainda hoje, outubro de 2019, não temos informações de quando essas obras serão iniciadas, se é que ainda o serão.

Sobre a forma como a prefeitura agiu para a remoção dos moradores do Quilombo da Guerreiras, a professora também relata que já em 2013 a prefeitura demonstrava disposição para enfraquecer e dissuadir a população a permanecer em seu lugar de moradia, utilizando estratégias de assédio e coerção junto aos moradores da ocupação, conforme podemos ler em um trecho de sua entrevista.

É muito importante, muito importante mesmo, lembrar, que no ano de 2013, como forma de estimular uma negociação de saída, o fato de que, os órgãos públicos passaram a cortar a luz e o abastecimento de água do prédio... Imagina o terror que nós vivemos... Ficávamos sem luz e sem água, durante semanas, de fato, chegamos a ficar sem abastecimento de água e luz elétrica durante um mês... (professora entrevistada, 15 de março de 2017).

Ao discorrerem sobre os métodos utilizados pela prefeitura para garantir a remoção de moradores da cidade para as intervenções olímpicas no período estudado, Azevedo e Faulhaber (2015) argumentam que esta prática (coerção) seguiu a mesma lógica das desapropriações ocorridas em outras áreas da cidade, como Vila Autódromo e Vila União Curicica.

Na verdade, a gestão Paes expressava as contradições presentes nas metrópoles mundiais. Sua legitimação se deu em grande parte com base em um discurso pautado na igualdade entre os munícipes cariocas, a *cidade para todos*, que, no entanto, se mostrou mais exclusiva do que parecia. Soma-se a isso o momento da economia e da política nacional naquele período que aliado à expectativa da realização dos megaeventos e com forte apoio de setores da grande mídia transmitiram a ideia de coalização em torno principalmente do “Projeto Olímpico”. Esse cenário positivo antagonizou com um período marcado pela remoção de milhares de pessoas, a repressão dos agentes do Estado, bem como a transferência de uma enorme quantidade de recursos públicos para iniciativas que, ao contrário do que prometiam oficialmente, eram destinadas especialmente aos interesses de agentes do mercado.

Um exemplo desta opção foram os recursos destinados à cultura na Região Portuária durante a gestão Paes. Segundo a edição do Jornal do Brasil, de 26 de abril de 2017²⁴, auditoria realizada pela gestão Crivella havia apontado que tais recursos estariam inicialmente reservados para o Morro do Pinto, localizado no bairro de Santo Cristo, mas acabaram sendo reorientados para a construção do Museu do Amanhã. A reportagem indica ainda que cerca de ¾ do total investido em cultura na região estaria vinculado somente a duas instituições, o próprio Museu do Amanhã²⁵ e o Museu de Arte do Rio (MAR)²⁶. Em ambos os casos, apesar de terem sido construídos com recursos públicos, os equipamentos são geridos, a exemplo do que ocorre com a região do Porto Maravilha, por empresas privadas, respectivamente o Instituto de Desenvolvimento de Gestão e o Instituto Odeon.

Ambas as instituições, segundo seus sites de apresentação²⁷, esclarecem, em sua estrutura de operação, apoios de algumas empresas estatais como o BNDES e de Ministérios e Secretarias. Porém, eles

²⁴ Disponível em: <http://www.jb.com.br/rio/noticias/2017/04/26/gestao-de-eduardo-paes-desviou-dinheiro-de-obra-em-favela-para-museu-do-amanha/>

²⁵ O Museu do Amanhã é uma iniciativa da Prefeitura do Rio, concebido e realizado em conjunto com a Fundação Roberto Marinho, instituição ligada ao Grupo Globo, tendo o Banco Santander como Patrocinador Master e a Shell como mantenedora. Conta ainda com a Engie, IBM e IRB Brasil Resseguros como Patrocinadores, Grupo Globo como parceiro estratégico e o apoio do Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado do Ambiente, e do Governo Federal, por intermédio da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e da Lei Federal de Incentivo à Cultura. A instituição faz parte da rede de museus da Secretaria Municipal de Cultura. O Instituto de Desenvolvimento de Gestão (IDG) é responsável pela gestão do Museu. Disponível em: <http://www.museudoamanha.org.br/>

²⁶ MAR é gerido pelo Instituto Odeon, uma organização social da Cultura, selecionada pela Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro por edital público. O museu tem o Grupo Globo como mantenedor, o BNDES como patrocinador da Reserva Técnica, e a Repsol como apoiadora de exposição. O Consulado Geral da França apoia a exposição Lugares do Delírio. A Escola do Olhar tem o Sistema Fecomercio RJ, por meio do Sesc, como parceiro institucional, e conta com o Banco Votorantim e a Prodiel como apoiadores. A Brookfield apoia as visitas educativas. O programa MAR na Academia tem apoio da Dataprev e da Amil One Health via Lei Municipal de Incentivo à Cultura, e da Aliansce via Lei Rouanet. A Souza Cruz é copatrocinadora do Domingo no MAR. O MAR conta também com o apoio do Governo do Estado do Rio de Janeiro, e realização do Ministério da Cultura e do Governo Federal do Brasil por meio da Lei Federal de Incentivo à Cultura. Disponível em: <http://www.odeoncompanhiateatral.com.br/instituto/>

²⁷ Disponíveis em: <http://www.museudoamanha.org.br/>; <http://www.odeoncompanhiateatral.com.br/instituto/>

têm como protagonistas de seu funcionamento instituições privadas, como o Banco Santander (patrocinador master do Museu do Amanhã), a Companhia de petróleo Shell, IBM, Banco Votorantim, SESC e, em ambas, as Organizações Globo, como realizadoras do Museu do Amanhã e as principais mantenedoras do Museu de Arte do Rio-MAR.

O que está por detrás deste exemplo e o que interessa a esse trabalho são as motivações presentes na escolha das prioridades de uma gestão municipal. Harvey (2016, p. 34) aponta que as considerações de valor de troca cada vez mais predominam sobre aspectos do valor de uso na vida social e que a “escolha política é entre um sistema mercantilizado, que serve muito bem aos ricos, e um sistema voltado para a produção e a provisão democrática de valores de uso para todos, sem querer qualquer mediação do mercado”. Mattos (2009, p. 70) atenta para o fato de que as dificuldades encontradas pelas porções mais pobres da sociedade em conseguir moradia, transporte, nutrição, cultura, saúde e educação adequadas constituem uma experiência classista que reproduzirá, portanto, a divisão social do trabalho em uma determinada sociedade/localidade.

Tais lacunas continuam presente, bem como suas promessas políticas de sua supressão. Em relação à habitação popular na região do porto, a Gestão Crivella explicita no Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro 2017-2020²⁸, duas ações de revitalização e implantação de moradias. São elas: (a) Centralidades Cariocas que visa manter e ampliar a revitalização da região, comprometendo-se com a contratação de 20.000 unidades habitacionais de interesse social na região até dezembro de 2020, e (b) Mais Moradias que, dentre outras ações, prevê a implementação do Plano de Habitação de Interesse Social do Porto (Produção Habitacional/Localização Social/Regularização Fundiária).

Porém, com pouco tempo para executar as ações supracitadas, além do panorama da economia e da política brasileira atual, é improvável que tais medidas não sejam realizadas no prazo apresentado.

Conclusão

Apesar das promessas contidas no “Projeto Olímpico”, e a despeito do volume de recursos destinados à reestruturação da área do Porto, efetivamente, muito pouco pôde ser observado. Paradoxalmente, as intervenções realizadas no período “olímpico” com frequência criaram maiores obstáculos para a garantia do direito à cidade por parcelas mais pobres da população, implementando uma política de desapropriações e remoções, repetidamente caracterizada por práticas coercitivas e dúbias em relação aos aspectos legais, muitas vezes, com intencionalidades determinadas pelos interesses privados que, ao longo do período, se coadunaram com projetos oriundos do poder público.

Os Jogos Olímpicos, assim com a Copa do Mundo de 2014, funcionaram, portanto, como “atalhos/alavancas” para garantir uma maior facilidade de espraiamento da reprodução do capital por todo o seu território que, ao se adaptar/adequar ao receituário mundial associado à realização desses eventos, acabou por não garantir melhores condições de vida para a sua população. Isso ocorreu também pela constituição de consórcios público-privados que exigiram cada vez mais dos recursos desses lugares.

Neste contexto estrutural e circunstancial, a gestão de Eduardo Paes se apresentou como um modelo coerente ao conceito de “cidade global”, onde os recursos materiais das mesmas deveriam estar destinados ao atendimento dos interesses do capital local/internacional.

Para encerrar, esclarecemos que o direito à cidade não deve ser confundido com o direito de se estar na cidade e fazer parte dela somente através de uma perspectiva mercantil, criando e sendo criado por um sistema que a tudo e todos busca condicionar de acordo com seus interesses. O direito à cidade, aqui considerado, é amplo e democrático, fruto de uma vontade coletiva em prol da garantia de atendimento da maioria da população.

Referências

BASTOS. Paulo. *A contradição em processo: o discurso e prática relativa à habitação popular na gestão Eduardo Paes no rio de janeiro*. 2017. 361 f. Tese de Doutorado (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo

²⁸ Disponível em: http://prefeitura.rio/c/document_library/get_file?uuid=028b1762-7931-47dc-b191-ef2f582537f&groupId=7108891

em Educação) – Escola de Arquitetura e Urbanismo. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017

DOMINGUES, Michelle Lima. Direito à moradia: os sentidos da autogestão e da mobilização comunitária de famílias trabalhadoras. Disponível em: <<https://www.31rba.abant.org.br/arquivo/downloadpublic?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyl7czoNToiYToxOntzOjEwOiJJRF9BUiFVSZVPIjtzOjQ6LjE5OTkiO30iO3M6MT0iaCI7czozMjoiOThhYjRhZWZlMThhZGM2YzJlYjhmZGI0OGY0NjkyODliO30%3D>>. Acessado em 02 de outubro de 2019.

FALHAUBER, Lucas; Azevedo, Lena. *SMH 2016: remoções no Rio de Janeiro Olímpico*. Fotógrafo Luiz Baltar. 1ª ed. Rio de Janeiro. Mórula, 2015.

HARVEY, David. *A condição pós moderna*. Ed. Loyola, São Paulo, Brasil, 1992.

_____; *17 contradições e o fim do capitalismo*/ David Harvey; tradução Rogério Bettoni. – 1. Ed.- São Paulo: Boitempo, 2016.

MARQUES, Carla Nogueira. Quais os rumos do Projeto Porto Maravilha? Disponível em: <<http://revistas.icesp.br/index.php/REASU/article/view/366>>. Acessado em 03 de outubro de 2019.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Reorganizando em meio ao refluxo: ensaios de intervenção sobre a classe trabalhadora no Brasil atual*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2009

NASCIMENTO, Bruno Pereira do. Gentrificação na zona portuária do rio de janeiro: deslocamentos habitacionais e hiper precificação da terra urbana. Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 41, v. 1, p. 45-64, Jan./Jun. 2019. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/viewFile/5716/4933>>. Acessado em 03 de outubro de 2019.

NOVAIS, P. *Urbanismo na Cidade Desigual*. O Rio de Janeiro e os megaeventos. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, RBEUR, Associação Nacional de Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, ANPUR, vol. 16.1, junho, 2014. Planejamento Urbano e Regional, ANPUR, Vol. 16.1, junho, 2014.

SANTA'ANNA, Maria Josefina Gabriel; XIMENES, Luciana Alencar, INTERSEÇÕES [Rio de Janeiro] v. 20 n. 2, p. 473-496, dez. 2016 – SANTA'ANNA & XIMENES, A Luta pela Moradia Popular na Zona... A Luta pela Moradia Popular na Zona Portuária do Rio de Janeiro: ocupações, remoções, permanências e novos arranjos pós-megaeventos esportivos. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intersecoes/article/view/39043>>. Acessado em 01 de outubro de 2019.

SANTOS, Rosane Soares dos. Direito à moradia como direito à cidade. Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo Porto Alegre, 25 a 29 de Julho de 2016. Disponível em: <<https://www.anparq.org.br/dvd-enanparq-4/SESSAO%2031/S31-05-SANTOS,%20R.pdf>>. Acessado em 01 de outubro de 2019.

<<http://opovoro.com.br/?p=45279>>. Acessado em 25 de agosto de 2019.

Acessado em 03 de outubro de 2019.

Caixa Tenta Salvar Porto Maravilha. Estado de Minas, São Paulo, 22 de agosto de 2018. <https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2018/08/22/internas_economia,982539/caixa-tenta-salvar-porto-maravilha.shtml>. Acessado em 03 de outubro de 2019.

DERKS, Sanne. Ocupações no Rio: quem disse que os pobres não podem viver no centro? El País, Rio de Janeiro, 16 de agosto de 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/26/actualidad/1530004725_224717.html>. Acessado em 03 de outubro de 2019.

Dossiê do Comitê Popular da Copa e dos Jogos Olímpicos, 2015

Escrito do Ócio. O Rio de Janeiro Escondido II- Mais 25 dicas. Disponível em: <<http://escritosdoocio.com.br/2016/02/o-rio-de-janeiro-escondido-ii-mais-25-dicas/>> acessado em 22 de julho de 2016.

FREIRE, Ricardo. Viaje na Viagem. Disponível em: <<http://www.viajenaviagem.com/2016/01/museu-do-amanha-dicas-para-visitar>>. Acessado em 15 de junho de 2016.

Habitação Social do Porto Maravilha: Cadê? Observatório das Metrôpoles, 2017. Disponível em <<http://observatoriodasmetrosoles.net.br/wp/habitacao-social-do-porto-maravilha-cade/>>. Acessado em: 24 de agosto de 2019.

http://portalgeo.rio.rj.gov.br/bairros Cariocas/index_ra.htm

<http://www.portomaravilha.com.br/web/projetos/n01/projetoUrbano.aspx>

http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4379008/4130519/RIO2016_estudos_PORT.pdf

<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/05/20/moradores-do-morro-da-providencia-estao-sem-teleferico-ha-mais-de-dois-anos.ghtml>>. Acessado em 17 de agosto de 2019.

Operação Urbana Porto Maravilha. Concessionária Porto Novo. Disponível em <<http://www.portonovosa.com/pt-br/porto-maravilha>>. Acessado em 25 de agosto de 2019.

Prefeito apresenta Plano de Habitação de Interesse Social do Porto. Cariocadigital, 2019. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo?id=5621886>> Acessado em: 20 de agosto de 2019.

Prefeitura estuda área no Porto para a construção de 5 mil casas populares. Diário do Porto, 2018. Disponível em <<https://diariodoporto.com.br/prefeitura-estuda-area-para-construcao-de-casas-populares/>>. Acessado em 25 de agosto de 2019.

Rio em Síntese. Data-Rio, 2019. Disponível em: <<http://www.data.rio/pages/rio-em-sntese-2>>. Acessado em 03 de outubro de 2019.

RODRIGUES, Rena. Concessionário deixa gestão do porto Maravilha, que sofre sem manutenção. O Globo, Rio de Janeiro, 27 de junho de 2018, Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/concessionaria-deixa-gestao-do-porto-maravilha-que-sofre-sem-manutencao-22826379>>. Acessado em 20 de setembro de 2019.

SANTOS, Ana Paula. Moradores da Providência estão sem teleférico há mais de dois anos. G1, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <<http://outraspalavras.net/outrasmidias/wp-content/uploads/2016/08/160818-PortoMaravilha-485x302.jpg>" alt="160818-PortoMaravilha"/>

Sem receber recursos, consórcio Porto Novo abandona Região Portuária, que está em total desordem. O Povo de Rondônia, 27 de junho de 2018. Disponível em:

WERNECK, Mariana. Observatório das Metrôpoles, 2017. Disponível em: <<http://observatoriodasmetropoles.net.br/wp/habitacao-social-do-porto-maravilha-cade/24/05/2017>>.

Acessado em 24 de Agosto de 2019.

www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/15788-aglomerados-subnormais.html?edicao=16119&t=o-que-e